

Os Baldios de Covas do Barroso:

Uma forma secular de propriedade, gestão e uso comunitário da terra

Excerto do inventário participativo de património cultural imaterial (2024)

Julio Sa Rego¹, Diego Amoedo Martinez², & Cristiano Pereira³

Sa Rego, J., Amoedo, D., & Pereira, C. (2024). Os Baldios de Covas do Barroso: uma forma secular de propriedade, gestão e uso comunitário da terra. *RHE Initiative*. Disponível em <https://www.rhe-initiative.pt/baldios-de-covas-do-barroso>

O processo de inventário dos Baldios de Covas do Barroso decorreu de um intenso trabalho de campo e sistemática pesquisa documental de quatro meses (setembro-dezembro 2023). Ele compreendeu investigação etnográfica, entrevistas, observações, inventariação audiovisual, reuniões comunitárias e levantamento documental. Participaram no processo os compartos dos baldios de Covas do Barroso, suas famílias e representantes institucionais. O inventário dos Baldios de Covas do Barroso foi patrocinado pela Câmara Municipal de Boticas (Portugal).

OS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

Os baldios são uma forma comunitária de propriedade, gestão e uso da terra. Eles estão associados a um espaço natural homónimo, conhecido também como monte ou serra. Esta prática social secular de propriedade, gestão e uso da terra foi comum às comunidades serranas do Centro e do Norte de Portugal e segue ativa na freguesia de Covas do Barroso.

Pertencente ao município de Boticas, esta freguesia possui uma população residente de aproximadamente 190 habitantes, repartidos entre as aldeias de Covas do Barroso (sede da freguesia), Muro e Romaínho. Ela está inserida no território do Barroso, declarado património agrícola de importância mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2018. Esse reconhecimento enfatiza o carácter comunitário deste território, fabricado através das gerações com conhecimentos e práticas agropastoris em simbiose com a natureza.

OS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO: UM ESPAÇO NATURAL

Os baldios são as terras altas desta freguesia de montanha. Sua altitude média é de 600 metros para uma elevação máxima de 1067 metros. O espaço se estende por cerca de dois mil hectares e abriga uma variedade de nascentes e córregos (e.g., Cachões, Colaços, Fechas, Fojo, Lamais). Ele é cortado pelo rio Couto e o Covas, pertencente à bacia hidrográfica do rio Tâmega.

¹ RHE Initiative; Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA-ISCTE; OiD 0000-0001-9247-2600.

² RHE Initiative; Universidade Federal do Oeste Pará – UFOPA; OiD 0000-0001-8268-0107.

³ Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA-ISCTE; OiD 0000-0002-8689-1451.

O coberto vegetal é composto de flora endémica e exótica de arbustos e árvores. Carquejas, giestas, sargacinhas, silvas, tojos e urzes são os principais arbustos nativos – comumente chamados de mato, enquanto as principais árvores locais são as carvalhas, carvalhos, castanheiros, freixos, medronheiros, nogueiras, salgueiros e sobreiros. As acácias-mimosas, uma invasora oriunda da Austrália, e os pinheiros-bravos, introduzidos pelo plano de florestação do Estado Novo, completam a vegetação. O todo é extremamente vulnerável aos incêndios rurais que têm contribuído para uma moldagem rápida da paisagem nos últimos anos. O último grande fogo ocorreu em 2010 e favoreceu a substituição da quase totalidade dos soutos restantes pelas acácias-mimosas e pinheiros-bravos, ambas espécies pirófitas.

A fauna silvestre inclui uma variedade de anfíbios, aves, mamíferos e répteis. Há andorinhas, doninhas, esquilos, ginetes, raposas, rãs, rolas, salamandras, texugos e víboras. Conta-se também com a presença de predadores, como o lobo ibérico e a águia-imperial-ibérica; esta em grande risco de extinção. Os animais silvestres que se destacam nessa paisagem são os corços e os javalis, cujo crescimento populacional é exponencial por falta de predadores naturais. Os outros, em contraste, têm visto seus efetivos populacionais diminuir, principalmente coelhos, lebres e perdizes. A razão está no declínio do pastoreio, que limpava o mato para abrir caminhos, e das cavadas, nas quais os animais silvestres vinham se alimentar.

As cavadas são enclaves particularizadas nos baldios. Historicamente são parcelas para cultivar centeio e batata em sequeiro atribuídas às famílias sem terra, os cabaneiros. Uma família sem terra era considerada uma família sem casa e por extensão semântica uma família a viver numa cabana. Havia uma relação forte entre a ideia de casa, como unidade social, e a posse de terra.

A etimologia de cavadas está no verbo cavar. As famílias sem terra cavavam literalmente para abrir o mato, preparar a terra e semear. Originalmente, a atribuição de uma cavada dava apenas direito ao usufruto e não de propriedade ou de sucessão. Sucessivas evoluções legislativas, contudo, favoreceram a apropriação de cavadas através da noção de usucapião a partir do século XIX. Essa noção confere o direito de propriedade após posse prolongada e ininterrupta da terra. As cavadas não seguem semeadas devido ao declínio da agricultura nos baldios em Covas do Barroso.

Essa paisagem acolhe também outros enclaves. Há parcelas adquiridas aquando da desamortização dos baldios, no século XIX, parcelas contestadas em posse da Junta de Freguesia, e edificações. Estas são as silhas, os muros de pedra seca, que demarcam os terrenos privados, e os moinhos e lagares. Estes dois últimos são obras de engenharia tradicional hidráulica e arquitetura popular que beneficiam da força motriz dos cursos de água dos baldios. Eles estão em desuso, mas refletem a importância do centeio, do milho e do azeite para essa comunidade no passado ainda recente.

OS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO: UMA PRÁTICA SOCIAL

Os baldios como espaço natural pertencem à comunidade de Covas do Barroso. Eles estão assim sujeitos a um tipo de propriedade *sui generis*, oriundo do direito consuetudinário, que diverge das aceitações jurídicas mais comuns de propriedade privada e pública.

O direito português rege essa forma de posse através da Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto. Os baldios são definidos como um logradouro possuído por comunidades locais. Eles são resguardados de penhora e prescrição, estabelecendo uma garantia de sua continuidade ao longo das gerações. Sua alienação também não é possível quando prejudicial à comunidade, inclusive por meio de usucapião.

A comunidade é materializada através da noção de compartes. Os compartes são os titulares dos baldios. Eles estão reunidos em uma Assembleia de Compartes, órgão máximo competente para estatuir sobre as condições de propriedade, gestão e uso dos baldios, como por exemplo regulamentar e disciplinar o exercício do seu uso e fruição ou deliberar sobre a cessão de direitos de exploração. A Assembleia de Compartes dos baldios de Covas do Barroso reúne 185 pessoas em seu caderno de recenseamento, atualizado a cada ano ao 31 de dezembro.

Toda pessoa natural e residente em Covas do Barroso é considerada comparte. Contudo, pessoas naturais da freguesia, mas que não residem mais nela, também podem ser consideradas compartes. Essa aceitação permite abranger os membros da comunidade levados ao êxodo rural, mas que nunca perderam o apego à prática social dos baldios. Por fim, uma pessoa não nativa de Covas do Barroso pode se tornar comparte se tem ambição de exercer atividades nos baldios e possui laços locais. Esses diferentes compartes beneficiam dos mesmos direitos relativos aos baldios.

Os nativos residentes são automaticamente considerados compartes a alcançar a maioria jurídica; por consequência, eles constituem a grande maioria dos membros da Assembleia de Compartes dos baldios de Covas do Barroso. Os nativos não residentes e os demais têm de fazer um requerimento ao Conselho Diretivo para integrar a comunidade. O procedimento é formal e instituído pela Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto. O requerimento deve ser argumentado com fatos concretos, meios de prova e, se necessário, testemunhas. O Conselho Diretivo tem 60 dias para se pronunciar e, se a decisão for desfavorável, ele é submetido à Assembleia de Compartes para deliberação final. Caso a decisão permaneça negativa ou não seja proferida em até no máximo 90 dias, o requerente pode se dirigir ao tribunal competente.

O Conselho Diretivo é o órgão de representação da Assembleia de Compartes e gestão executiva da propriedade dos baldios. Ele é encabeçado por um presidente, acompanhado de um vice-presidente e um secretário. Todo comparte tem a liberdade de compor e integrar uma lista de três nomes para concorrer às eleições do Conselho Diretivo. Elas são organizadas a cada quatro anos e o atual mandato vence em 2027.

As principais atribuições do Conselho Diretivo estão relacionadas com questões administrativas, jurídicas e financeiras ou com a manutenção e uso do espaço natural. São elas, por exemplo, a representação dos compartes perante entidades públicas e privadas, o seguimento financeiro da gestão dos baldios, a elaboração do regulamento de utilização deste espaço natural, o desenvolvimento do plano de atividades, a manutenção e proteção da floresta e a conservação dos valores ecológicos do território. O Conselho Diretivo é também responsável pela supervisão e controle do cumprimento por todos das obrigações legais e costumeiras com respeito à fruição dos baldios.

Dois órgãos adicionais completam a gestão comunitária dos baldios: a Mesa da Assembleia e a Comissão de Fiscalização. A primeira dirige os trabalhos e assegura o bom funcionamento da

Assembleia de Compartes, segundo princípios democráticos; a segunda é responsável pela fiscalização das contas. Ambas são constituídas de três membros eleitos a cada quatro anos. As eleições são concorrentes à do Conselho Diretivo.

USOS E MANUTENÇÃO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

A finalidade dos baldios é atender às necessidades da comunidade. O sistema fundiário do território do Barroso é caracterizado pelo minifúndio e os baldios da freguesia aportam aos lavradores uma extensão considerável de terra para o desenvolvimento de atividades agrícolas e florestais. Os baldios são um espaço multifuncional integrado ao sistema agrário tradicional.

A prática social é apascentar o gado, recolher lenhas, mato e pedra, criar abelhas, produzir madeira e abastecer-se em água. Todos os compartes têm o direito de usufruir dessa vocação agro-silvo-pastoril dos baldios, contanto que o seja em respeito dos usos e costumes locais. Existe também uma tolerância para o uso dos baldios por não compartes, quando de caráter recreativo e ocasional.

PASTOREIO

A prática de pastoreio nos baldios de Covas do Barroso concerne os bovinos, os ovinos e os equinos. O pastoreio de caprinos, antes dominante, hoje já não é mais praticado. Os baldios oferecem uma vegetação espontânea de mato e erva para a alimentação itinerante dos animais. É uma forma milenar eficiente de exploração de terras menos aráveis que transforma a flora silvestre não palatável em alimento humano. O animal desloca-se nos baldios em busca do pasto disponível, guiado pelo pastor de acordo com a sazonalidade e o vigor da vegetação.

As ovelhas são os animais domesticados mais presentes nos baldios. Há mais de 300 na freguesia, quase todas nas aldeias de Muro e Romãozinho. Essa configuração reflete a antiga desigualdade social entre a aldeia de Covas do Barroso e as de Muro e Romãozinho, outrora povoadas essencialmente por cabaneiros. A falta de terras próprias obrigava à população dessas duas aldeias a voltarem-se para o pastoreio de pequenos ruminantes nos baldios como forma de sobrevivência.

O principal rebanho conta com quase 200 animais, todos da raça autóctone Churra do Minho. Os outros são pequenos rebanhos de raças variadas e cruzadas. Todos os rebanhos dividem o tempo de pastoreio entre os lameiros e os baldios, embora a presença nos baldios seja maior na primavera e no outono; há mais humidade no solo, portanto, mais regeneração espontânea da vegetação.

O pastoreio nos baldios ocorre em sistema de percurso; uma rede de circuitos definidas pelo pastor com base em seu conhecimento tradicional da paisagem. Há de levar em consideração a meteorologia, os pontos de água e a vegetação. O rebanho é guiado através de um sistema de comunicação humano-animal baseado em movimentos de cajado, palavras de ordem, assobios e gritos. Cães são também utilizados; uns para guardar o rebanho dos predadores e outros para dar assistência ao pastor no manejo das ovelhas. Os percursos são divididos em dois turnos, um matinal e outro vespertino, para evitar as horas mais quentes do dia; exceto no inverno quando há apenas um turno contínuo à luz do dia.

As vacas também pastoreiam nos baldios, embora passem mais tempo nos lameiros sozinhas. Elas são levadas ao monte de maneira regular, mas não sempre quotidiana, para completar sua alimentação e

não sobrecarregar os lameiros. Há aproximadamente 150 vacas na freguesia, a maioria na aldeia de Covas do Barroso em reflexo à divisão social entre as aldeias mencionada. Não há uma raça predominante, embora todas sejam raças exóticas. Antigamente havia barrosãs, a raça bovina autóctone do barroso, e até maronesas, raça autóctone da vizinha serra do Alvão, e mirandesas, oriundas do planalto de Miranda. A substituição das raças autóctones por exóticas foi progressiva nos últimos 30 anos e deu-se por razões de sobrevivência; as raças exóticas costumam ser mais produtivas.

As ovelhas e as vacas são criadas para a produção cárnica. Os maiores rebanhos destinam-se à comercialização das carcaças através da cooperativa ou de intermediários. Os pequenos rebanhos e parte residual da produção dos rebanhos maiores destinam-se ao consumo próprio ou trocas e escambo dentro da comunidade.

Por fim, há uma manada de uma dezena de cavalos que pastoreia nos baldios. Os cavalos eram criados como força de trabalho para as lavouras. Hoje substituídos por tratores, eles permanecem na vida da comunidade por gosto estético e relação afetiva com os animais.

RECOLHA DE RECURSOS NATURAIS

A prática de recolha nos baldios de Covas do Barroso concerne essencialmente a madeira, as pedras e o mato como meio de combustão, construção e fertilização. Há também recolha significativa de cogumelos e medronhos, mas como alimentos de conforto. A recolha de todos esses recursos naturais é feita com base em conhecimentos tradicionais da paisagem para não prejudicar o equilíbrio do ecossistema dos baldios.

A madeira é recolhida como lenha para o aquecimento das casas e fornos. Antes da florestação promovida pelo Estado Novo, a lenha provinha das raízes de arbustos, castanheiros, carvalhas e carvalhos. A lenha era uma sobra da poda dessas árvores. Hoje a lenha provém essencialmente dos pinheiros-bravos da florestação. A madeira pode também ser utilizada como material de construção de telhados das edificações de pedra.

A região do Barroso é reconhecida por suas aldeias de pedra e foi designada na literatura como uma civilização do granito pelo geógrafo português Orlando Ribeiro. As pedras são um elemento arquitetónico simbólico de Covas do Barroso e sua paisagem está repleta de construções de granito. Há poças e bebedouros; há igrejas e cruzeiros; há fornos comunitários e casas; há estradões e até relógios solares; há os túmulos e os muros de pedra seca, claro.

As pedras afloram nos baldios. Elas são naturalmente fabricadas ao longo do tempo, pela chuva e pelo vento, e seus afloramentos se estendem profundamente abaixo da terra. A escolha das pedras depende do uso almejado para facilitar o talho. Há pedras com face boa e outras menos. Pode-se demorar dias para trabalhar uma única pedra.

O transporte das pedras dos baldios para as aldeias era penoso. Utilizava-se os carros de boi, paus roliços e a força dos braços. A chegada dos tratores facilitou esse processo, no decorrer dos anos 1980, mas acabou levando a uma posterior restrição de recolha de pedras dos baldios pela Agência Portuguesa do Ambiente para evitar atividades industriais selvagens. Contudo, existe ainda uma tolerância para o uso comunitário nas construções tradicionais.

Por fim, o mato é recolhido para o fabrico de fertilizante natural. Carquejas, giestas, queirogas, sargacinhas, tojos e urzes são cortados quinzenalmente para fabricar a cama do gado, uma cobertura vegetal que cobre o solo dos estábulos. Essa matéria vegetal fermenta ao longo dos meses em contato com o excremento dos animais para se tornar um fertilizante natural. As primeiras sementeiras são estrumadas a partir de fevereiro, mas é principalmente de abril a maio que ocorre esse processo.

Há outros usos menos corriqueiros do mato, principalmente das giestas. Elas são empregadas, por exemplo, na confecção de vassouras de varrer e matões para a limpeza do forno comunitário. A giesta fresca não entra em combustão ao entrar em contato com as brasas do forno. Antigamente, as giestas também serviam para proteger culturas como cebola, alface e ervilhas do gelo e da geada, mas foram substituídas por plásticos no decorrer do século passado.

APICULTURA

A prática da apicultura nos baldios de Covas do Barroso abrange quase mil colmeias. A região é propícia para a produção de mel e beneficia de reconhecimento nacional. O Mel de Barroso DOP, comercializado pela Cooperativa Agro Rural de Boticas (CAPOLIB), foi eleito o Mel do Ano 2022 na 13ª edição do Concurso Nacional de Mel, organizada pela Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP). Os apicultores de Covas do Barroso fornecem à CAPOLIB para a comercialização do mel DOP, mas também escoam a produção através de circuitos de venda direta.

Há apiários espalhados por todo o território dos baldios. Cada um pode reagrupar umas três dezenas de colmeias móveis, deslocadas de apiário em apiário consoante a estação e o clima. São escolhidos os locais mais quentes e abrigados do vento, com boa vegetação e água cerca. As abelhas são sensíveis à temperatura e não saem da colmeia com menos de 13 graus. A temperatura ideal é de 20 graus celsius. Assim, a escolha da localização das colmeias é importante. O tempo de floração corre apenas de março a junho. Se a temperatura não estiver adequada, as abelhas serão menos ativas. “São coisas simples, mas que têm a sua teoria”.

No inverno, as abelhas ficam essencialmente nas colmeias. O apicultor completa sua alimentação com uma mistura de açúcar e água para deixá-las mais fortes na primavera. Durante a floração, as abelhas podem assim percorrer até quatro quilómetros no raio do apiário, preferencialmente em busca das flores de urze. Elas se orientam por diversos sinais naturais, como a disposição das árvores e caminhos ou os cursos de água, e qualquer alteração da paisagem pode resultar com que elas se percam e morram sem encontrar mais o apiário.

Os baldios ainda acolhem algumas poucas silhas em atividade. Arquitetura tradicional apícola do noroeste da Península Ibérica, as silhas conformam uma estrutura circular de pedra de aproximadamente um metro de altura. Elas são privadas e permitem proteger as colmeias dos ventos, incêndios e animais silvestres. Elas estão todas orientadas ao sul para receberem maior número de horas de sol em Covas do Barroso.

SILVICULTURA E MANUTENÇÃO DA FLORESTA

A prática da silvicultura é a mais recente na cultura da comunidade de Covas do Barroso. Ela tem sua origem na florestação dos baldios pelo Estado Novo e é hoje gerida diretamente pelo Conselho

Diretivo. Os pinheiros-bravos estão a chegar em fase de amadurecimento para um novo corte e espera-se que a comercialização desta madeira represente a principal atividade dos baldios em termos monetários. O corte, a logística e comercialização são delegados a um consórcio privado especializado na produção madeireira.

O Conselho Diretivo dispõe também de uma equipa de sapadores contratualizada para a proteção da floresta. Ela é responsável pela limpeza do mato, a fabricação de faixas corta-fogo, a abertura e manutenção dos caminhos florestais. O objetivo é ordenar o espaço florestal e proteger a floresta de incêndios e erosão de seus solos.

APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A água é abundante nos baldios de Covas do Barroso. A prática secular é mobilizar esse recurso para usos agrícolas e domésticos. A água é captada nas nascentes e córregos a montante e transportada através da gravidade por levadas a jusante. Ela serve para alimentar fontes e bebedouros, abastecer os lares e irrigar lameiros e hortas. A água do regadio é submetida a um sistema de partilha rotacional tradicional, conhecido como a aviação. O funcionamento da aviação está baseado em um sistema de engenharia tradicional e normas de tradição oral. A água é considerada fundamental para a fertilidade da terra e êxito dos cultivos, como para dessedentar as pessoas e os animais. As nascentes são cuidadas e o uso é com consciência por parte da comunidade.

LAZER

A prática do lazer nos baldios de Covas do Barroso concerne atividades diversas como caminhadas, pesca e caça. A comunidade encontra quietude e momentos de contemplação na exuberância da paisagem e da floresta. As caminhadas oferecem oportunidades para a contemplação da natureza. O rio Covas atrai entusiastas da vara, para pescar bogas, enguias, escalos e trutas, e banhistas para se molhar em sua praia do Parque de Lazer. A floresta abre espaço para os amantes da caça. Os baldios proporcionam assim benefícios físicos, mentais e espirituais à comunidade.

PRÁTICA SOCIAL DOS BALDIOS E VIABILIDADE DA COMUNIDADE

A prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra contribui para a viabilidade da comunidade e sua continuidade geracional. As terras privadas são exíguas e escassas e os baldios oferecem um vasto espaço complementar no qual a comunidade pode desenvolver suas atividades agrícolas e florestais em pé de igualdade. Eles acolhem atividades pastoris, apícolas e recolectoras, além de assegurar o abastecimento em água para uso agrícola e doméstico. A segurança alimentar e o bem-estar estão conectados com essa prática social; a ausência de baldios constituiria uma ameaça à sobrevivência da comunidade ao comprometer o seu modo de vida agropastoril.

Essa prática social dos baldios está inserida em um sistema cultural mais amplo: o comunitarismo agropastoril. Ele representa uma forma de vida social baseada em um conjunto de sistemas de regulamentação coletiva cruciais para a sobrevivência da comunidade ao longo das gerações. As aldeias serranas do Centro e do Norte de Portugal eram caracterizadas por isolamento geográfico e escassez que promoveram a cooperação e solidariedade para superar as limitações de recursos.

Os mecanismos de cooperação e solidariedade incluíam a entreaajuda, o planeamento coletivo de trabalhos agrícolas – como as searas, ceifadas ou malhadas, mecanismos de controle social e bens comunitários – como o forno do povo, os moinhos, as eiras e os baldios. A existência de bens comunitários compensa a deficiência de infraestruturas necessárias para a continuidade da comunidade.

TRANSMISSÃO DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO

A prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra permanece ativa na freguesia de Covas do Barroso. A comunidade reúne 185 compartes e inclui pessoas naturais da freguesia que emigraram. Essa configuração e número de compartes revelam a continuidade do apego à prática social dos baldios, mesmo em situação de êxodo rural. Todos os órgãos de exercício da propriedade e gestão dos baldios (i.e., Assembleia de Compartes, Mesa da Assembleia, Conselho Diretivo e Comissão de Fiscalização) têm sido democraticamente constituídos, desde pelos menos 2007, e o território acolhe as atividades apícolas, florestais, pastoris e recolectoras dos compartes.

A transmissão dessa prática social acontece através de um processo oral de socialização e aprendizagem no seio da comunidade. Ele passa pela compreensão da importância dos baldios para a segurança alimentar e o bem-estar comunitário, assim como pela aquisição dos conhecimentos locais agropastoris e de gestão dessa paisagem. Esses conhecimentos são imperativos; eles garantem a gestão sustentável e o uso efetivo dos baldios. Embora a maioria dos compartes não possuam educação formal em matéria de agronomia ou biologia, eles logram conservar o ecossistema e produzir de forma a satisfazer as necessidades.

A consciência da importância da prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra é adquirida desde a infância. A transmissão ocorre primeiramente de forma vertical nas casas; de pais para filhos. A memória coletiva do papel secular dos baldios no amparo à comunidade é repassada através de histórias orais, assim como a compreensão de sua capacidade de responder às necessidades imediatas e futuras em matéria de resiliência ambiental, segurança alimentar e bem-estar de todos.

Essa consciência também se forma através de um processo lúdico e horizontal de socialização. As crianças são tradicionalmente afetadas ao manejo dos animais no período não escolar e aproveitam a privacidade dos baldios para mimicar a vida da aldeia através do faz-de-conta. A brincadeira contribui para a socialização dos mais jovens com o modo de vida agropastoril; ela é uma forma de transmissão tácita dos valores, conhecimentos e práticas da comunidade.

As subidas ao monte em grupos de crianças com os animais marcaram diversas gerações em Covas do Barroso. Elas permitiram cultivar uma relação afetiva com os baldios e aprimorar os conhecimentos individuais da paisagem e do pastoreio. O aprender-fazendo compõe então o leque de transmissão dos conhecimentos locais agropastoris e de gestão da paisagem, necessários para a prática social dos baldios, em conjunto com o intercâmbio geracional no quadro dos trabalhos comunitários. Malhadas, recolha de feno, ida ao mato, etc., representam espaços e momentos privilegiados do comunitarismo agropastoril para aprender com os mais velhos através da prática e da observação. É um processo contínuo de aprendizagem em que as novas gerações começam a adquirir e formar seu próprio

repertório de práticas. Há também um processo de partilha de conhecimentos no quadro da cooperação e solidariedade comunitária ao longo da vida.

O despovoamento rural e o declínio das atividades agropastoris têm, contudo, afetado a transmissão da prática social dos baldios às novas gerações. Os estudos formais são mais longos e a maioria dos jovens da comunidade tendem a assumir profissões não agrícolas fora da comunidade quando diplomados.

Por fim, é importante notar a existência mais recente de processos formais de transmissão de conhecimentos técnicos relacionados com práticas agrícolas específicas. Esses processos são assegurados por cooperativas, associações de agricultores e órgãos de formação. Essas instituições oferecem programas de fortalecimento de capacidades em apicultura e outras práticas e todo jovem agricultor segue formações agrícolas no quadro de sua incorporação.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Nas aldeias serranas do Norte de Portugal, os baldios são as terras comunitárias em altitude originalmente cobertas de vegetação arbustiva espontânea. Seus solos são normalmente pouco férteis e historicamente afetos às pastagens e à agricultura de subsistência de centeio em regime de sequeiro, ou seja, sem regadio.

A origem dessa prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra é cientificamente contestada. A literatura divide-se entre uma herança romana do *ager compascuus*, uma forma alternativa de propriedade da terra destinada às pastagens comunitárias exportada de Roma aos territórios do império, e uma germânica do comunitarismo agropastoril dos Suevos. Essa última interpretação histórica fortaleceu a ideia disseminada entre os antropólogos portugueses de que as comunidades serranas eram igualitárias, relíquias emblemáticas de um passado utópico remanescente.

Certamente, o comunitarismo agropastoril impregna os membros da comunidade com um ideal de pertencimento coletivo e uma responsabilidade moral de se enxergarem como iguais, mas ele não significa ausência de classes, de desigualdades, de inveja ou de rivalidades. As comunidades serranas eram essencialmente desiguais, com distintas classes sociais em uma estrutura de poder baseada na posse de terra.

A hierarquia social era geralmente dividida entre proprietários, lavradores e jornaleiros, enquanto os pastores ocupavam a base da pirâmide social. Eles não possuíam terras e a atividade de cuidar de animais nunca foi considerada a mais valorizada nas sociedades camponesas. Apesar das desigualdades e preconceitos, todas essas vidas comunitárias estavam conectadas pelo afeto à terra, laços familiares, alianças e interdependência econômica.

Alicerce dos sistemas agrários serranos tradicionais, a prática social dos baldios passa a ser ameaçada a partir do século XV, quando são registados movimentos de usurpação e apropriação das terras comunais pela nobreza e grandes proprietários para fins agrícolas. O movimento tendeu, contudo, a ser bastante circunscrito e localizado graças às Ordenações Manuelinas (1513-1603) e às subsequentes Ordenações Filipinas (1603 – séc. XIX).

As Ordenações Manuelinas definiram os bens comunitários como as matas bravias não cercadas, nem reservadas pelos precedentes reis, e referendadas nos forais. As Ordenações Filipinas proibiram que esses terrenos fossem ocupados por fidalgos e outras figuras nobres, pois eles eram destinados às pastagens e o benefício dos habitantes locais.

Os baldios de Covas do Barroso permanecem assim em posse da comunidade. As Memórias Paroquiais de 1758, inquérito realizado a todas as paróquias de Portugal a mando do Marquês de Pombal após o sismo de Lisboa de 1755, descrevem-nos como um monte áspero, com muitas pedras, sem nenhuma povoação em seu meio, gerido por 96 casas. Eles acolhiam uma cultura de centeio e forneciam água para o cultivo do milho. Sua paisagem abrigava moinhos e seus rios estavam repletos de barbos, bogas, enguias, escalos e trutas, assim como de lontras. O sistema agrário tradicional da freguesia também incluía vinho em regime de enforcado. Este é um sistema vitícola antigo do Norte de Portugal com videiras verticais ao limite das parcelas agrícolas. Postes de quatro metros de altura, feitos em pedras dos baldios, sustentam as videiras e permitem poupar área agrícola para o cultivo de milho, feno e hortaliças.

A legitimidade dos baldios como propriedade comunal volta, porém, a ser fortemente contestada com os avanços das tecnologias agrícolas e dos ideais liberais a partir do século XIX. A Revolução Industrial favorece o progresso em matéria de produtividade da terra e a propagação do discurso de direitos de propriedade privada. Os avanços científicos e a difusão dos conhecimentos associados à seleção de sementes e à fertilização dos solos viabilizam a agricultura comercial nas terras menos férteis e aumentam a pressão para a incorporação dos baldios na economia agrícola. A propriedade comunitária passa a ser considerada como uma reminiscência do feudalismo e um dos obstáculos ao desenvolvimento de uma agricultura moderna à procura de novas terras aráveis para responder à expansão demográfica.

A cobiça privada pelas terras comunitárias cresce. Inicia-se um processo de apropriação e privatização dos baldios serranos que se beneficia de diferentes leis promulgadas ao longo do século XIX, como os decretos de 1804 e 1815, que incitam à divisão dos baldios entre vizinhos para fins de cultivo, e a lei de 1850 sobre o cerco das propriedades. Em 1867, o código civil reconhece oficialmente os bens comuns, mas atribui a propriedade dos baldios às freguesias e municípios. Dois anos depois, em 1869, os baldios são submetidos ao processo de desamortização de bens públicos. O período é marcado pelo aumento da desamortização, divisão e apropriação individual dos baldios, com o propósito de cultivar terras outrora consideradas improdutivas.

Os baldios de Covas do Barroso resistem mais uma vez. Eles aparecem inventariados em arquivos da Torre do Tombo de 1901 e a prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra persiste na freguesia. A vida nos baldios era pastorear os animais em sistema de vezeira. Cada casa levava 'à vez' o gado da aldeia ao monte, de acordo com um cronograma vinculado ao tamanho dos rebanhos individuais e aos usos e costumes locais. Os rebanhos eram pequenos, mas toda casa tinha animais.

Vacas, ovelhas e principalmente cabras iam para o monte. Havia mais de mil cabras em Covas do Barroso a pastorear exclusivamente nos baldios. Os lameiros de hoje eram todos terras semeadas vetadas às cabras. Vacas e ovelhas aproveitavam os pousios e restolhos. O monte também oferecia

mato, lenha, pedra, água e até luz. Guiços, uma mistura de restos miúdos de lenha e mato, eram buscados no monte para incandescer lanternas e iluminar os fogos.

A implantação da República (1910) e a subsequente instauração do Estado Novo (1933) prosseguiram a ameaça aos baldios como prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra. As políticas da 1ª República promovem a alienação dos baldios em prol de parcelas individuais para o cultivo de alimentos, enquanto o Estado Novo aposta na apropriação estatal dos baldios para fins florestais.

A salvaguarda da produção de madeira para a construção naval é uma preocupação em Portugal desde o século XV. Isso levou a esforços para preservar as florestas existentes e tentativas de reflorestar baldios. No entanto, a ideia de florestação dos baldios ganhou força apenas no final do século XIX, com a valorização económica da indústria madeireira. O movimento de florestação dos baldios começou timidamente em 1888 e acelerou-se durante o Estado Novo graças ao aparato autoritário.

Em 1935, os Serviços Florestais realizam um recenseamento de 420 mil hectares de baldios propostos à florestação que é registado na Memória sobre o Reconhecimento dos Baldios ao Norte do Tejo. Esse documento provia uma descrição detalhada das características gerais e localização geográfica dos baldios, como sua geologia, orografia, hidrologia, flora lenhosa, vias de comunicação ou localização das sedes das administrações florestais. Em 1938, o Estado Novo promulga a Lei do Povoamento Florestal; todos os baldios oficialmente reconhecidos pelos serviços do Ministério da Agricultura como os mais adequados passam a ser propriedade dos Serviços Florestais para florestação.

Entre as décadas de 1930 e de 1960, todos os baldios com potencial florestal a norte do Tejo são progressivamente apropriados pelo governo e transformados em florestas de produção pela Junta de Colonização Interna, órgão do Ministério da Agricultura criado para este fim. O processo não se dá de forma pacífica; ele constituía uma ameaça direta à subsistência das comunidades que dos baldios dependiam. Houve ferozes revoltas, mas todas matadas pelo aparato repressivo do Estado Novo que via com excelentes olhos o término de comunidades nas quais o direito consuetudinário prevalecia sobre as leis do país.

Os baldios de Covas do Barroso sucumbem e são submetidos à florestação. O plantio era o do pinheiro-bravo. Ele começou pelo cimo e alastrou-se de forma concêntrica. À medida que a floresta se expandia, o acesso ao gado era vetado. As cabras foram as primeiras concernidas. Seu espaço de pastoreio era exclusivamente o monte e seu comportamento exige a disponibilidade de muito espaço para pastorear. Elas rapidamente desapareceram. Seguiram as vacas e as ovelhas. Restou ao final apenas uma parcela de menos de seis hectares autorizada para o pasto; insuficiente para acolher todos os rebanhos da freguesia. A apicultura também findou; abelhas não produzem mel de pinheiros, e sim de flores do mato.

Um guarda-florestal foi destacado para vigiar e controlar o espaço. Duas casas foram-lhe atribuídas para uma presença permanente na floresta. Eram as casas florestais para acolher assistentes e famílias. Uma licença passou a ser necessária para realizar qualquer atividade na floresta, inclusive a recolha de recursos naturais como pedra, lenha ou mato. As decisões eram arbitrárias e aplicadas de forma

autoritária. Qualquer transpasse não autorizado era sancionado por coimas e até prisões e punições corporais.

A agricultura padecia. O cultivo perdeu muito de seus insumos. Havia menos abelhas para a polinização e falta de estrume tradicional para a fertilização dos solos. Este era um composto fermentado de mato do monte e esterco proveniente dos animais de pastoreio. A prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra se extinguiu e o sistema agrário tradicional ruíu.

A floresta trouxe até algum emprego para a comunidade. Havia necessidade de trabalho no plantio e na manutenção. Uma ironia; a população passou a ser obrigada a servir a floresta que lhes roubou as terras. O emprego florestal não compensava em todos os casos as perdas oriundas do fim dos baldios. Houve até tentativas de negociar com o guarda a entrada dos animais na floresta ou exercer o pastoreio e a recolha dos recursos naturais na ilegalidade. Elas não resultaram; não restou solução a não ser emigrar. Muitos partiram de Covas do Barroso para a França ou os Estados- Unidos da América, assim como hordas de famílias serranas do Norte de Portugal órfãs de seus baldios florestados.

O cenário político português muda na década 1970. A suplantação do Estado Novo, em 1974, põe em marcha um processo de redemocratização e de desmanche das políticas antes em vigor. O mundo rural é beneficiado; os baldios confiscados são devolvidos aos seus legítimos proprietários, as comunidades, através do Decreto-Lei n.º 39/76 de 19 de janeiro de 1976, conhecido como a Lei dos Baldios. Os baldios passam a ser legalmente reconhecidos como formas institucionalizadas de organização democrática local.

Uma reunião pública é imediatamente solicitada e organizada em Covas do Barroso. A comunidade marca presença. Ela é informada de que os baldios estão a ser restituídos à sua propriedade e gestão para o usufruto comunitário. O guarda-florestal também comparece e não parece apreciar a mudança de situação na memória dos presentes.

A alegria era grande. A comunidade constituiu a Assembleia de Compartes, conforme prescrevia a nova lei, e formou o Conselho Diretivo para a gestão executiva dos baldios em 28 de novembro de 1976. Ela também decidiu que a exploração dos recursos silvícolas seria em associação com o Estado, nos termos de 60% para os compartes e 40% para o governo. Os baldios estavam oficialmente devolvidos à comunidade de Covas do Barroso, apesar da subsistência de uma cogestão setorial estatal.

A prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra não retoma, porém, com o vigor de outrora. A freguesia encontrava-se esvaziada de seus habitantes emigrados e a agricultura diminuída. Muitas antigas terras de cultivo eram agora lameiros à disposição de vacas e ovelhas para pastagem. As cabras quase não voltaram, os pastores de caprinos haviam sido os primeiros a emigrar. O monte perde muito de sua importância para as atividades pastoris e recolectoras.

A consciência do significado e a prática dos baldios também tinham se esvanecido depois de anos de controle estatal. Muitos habitantes continuaram a referir-se aos baldios como a floresta do governo ao longo da década de 1980. A florestação fez o povo esquecer o que era os baldios e a gestão executiva é finalmente delegada à Junta de Freguesia após deliberação da Assembleia de Compartes no 25 de janeiro de 1987.

O período de gestão dos baldios pela Junta de Freguesia de Covas do Barroso favorece uma retomada mais progressiva da prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra. A nova geração ativa de compartes nunca havia antes gerido ou usado os baldios e ganha a oportunidade de reconquistar aos poucos a familiaridade com as práticas agropastoris e recolectoras no monte.

A cogestão da exploração dos recursos silvícolas dos baldios também se encerra na década de 1990. Os serviços florestais são reestruturados em nível nacional e concluem suas funções executivas relacionadas com os baldios. O Estado continua apenas a receber sua parte de 40% durante mais uma década.

Em paralelo ao amadurecimento progressivo da prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra, a freguesia enfrenta uma recrudescência de incêndios rurais. A situação ocorre de maneira generalizada no território rural português e Covas do Barroso enfrenta dois fogos de grande violência em 1993 e em 2002. A ameaça dos incêndios contribui para o crescimento da consciência do significado dos baldios e da necessidade de sua salvaguarda.

Atividades agropastoris e recolectoras reativadas, final da cogestão estatal e ameaça dos incêndios rurais levam ao retorno dos compartes à gestão executiva dos baldios depois de vinte anos de administração por parte da Junta de Freguesia. A Assembleia de Compartes, reunida no 9 de dezembro de 2007, elege os novos órgãos administrativos dos baldios de Covas do Barroso e reestabelece em função o seu Conselho Diretivo. A prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra volta a ser plenamente exercida.

AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS

A prática social dos baldios oferece segurança alimentar e bem-estar à comunidade de Covas do Barroso, mas tem sido ameaçada pelo desejo de apropriação privada das terras desde o século XV. Ela acabou extinta pelo Estado Novo após a tomada autoritária dos baldios para fins de florestação. A devolução promovida pela Lei dos Baldios permitiu a sua recuperação e promoveu segurança jurídica para a sua continuidade. Porém, novos desafios surgem que comprometem a sua viabilidade e continuidade na ausência de medidas de salvaguarda adequadas. As principais ameaças à prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra são de origens sociais, ambientais e económicas: (1) o despovoamento do mundo rural, (2) os eventos climáticos extremos e (3) a privatização das áreas baldias para fins de mineração.

(1) A falta de perspectivas económicas robustas e as condições laborais exigentes desmobilizam a nova geração a continuar as atividades agrícolas e pastoris. Muitos finalmente emigram para as zonas urbanas nacionais ou para o exterior em busca de oportunidades mais rentáveis. A consequência é o despovoamento da freguesia e o declínio de suas atividades agropastoris.

(2) O crescente número de eventos climáticos extremos, como geadas, estiagens e incêndios rurais, representa uma ameaça significativa à capacidade do sistema agrário tradicional de assegurar segurança alimentar e bem-estar para a comunidade de Covas do Barroso. Esses fenômenos climáticos adversos prejudicam a produção agropastoril e, no caso dos incêndios rurais, ameaçam a segurança

das pessoas. A freguesia conheceu três grandes fogos em 1993, 2002 e 2010. Este último queimou 1800 hectares dos baldios e destruiu os últimos soutos do território.

(3) O território dos baldios retém uma reserva de lítio, considerada a maior da Europa e a quinta do mundo. Elemento crítico para a produção de baterias, o lítio de Covas do Barroso tem sido alvo de interesse, desde meados dos anos 1990, e prospetado desde os anos 2000. Ele se aproveita de uma licença ambiental para uma exploração de feldspato e quartzo de 120 hectares, concedida em 2006, para dar a lugar ao projeto de Mina do Barroso. Uma alteração é protocolada para incluir a exploração de lítio e ampliar a área de concessão para 593 hectares. Após uma primeira rejeição, a Mina do Barroso recebe uma declaração de Impacte Ambiental favorável condicionado pela Agência Portuguesa do Ambiente em 2023, apesar da avaliação técnica apontar para efeitos desfavoráveis significativos com relação à conservação da paisagem e à componente social. Há notadamente a obrigatoriedade de apossar-se dos baldios e deslocar economicamente os compartes. O Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução está em preparação e o licenciamento final ainda não foi concedido. A comunidade não foi associada ao processo, não houve diálogo e foi apenas notificada em 2017 de que uma mina de lítio seria construída em seu território e acabaria com a prática social de propriedade, gestão e uso comunitário da terra.

CONTEXTO CULTURAL

REGADIO TRADICIONAL

O regadio tradicional está assente em um sistema de engenharia hidráulica vernacular e normas de tradição oral. A sua engenharia tem na gravidade a sua força motriz. Ela capta as águas em superfície a montante dos baldios e as traz meia-serra abaixo a poças de retenção de água. Daí, se propaga um complexo circuito de pequenas levadas para regar as diferentes parcelas agrícolas a jusante. É o sistema da rega de lima, característico das serras do Norte de Portugal.

No inverno, a água é muita. É o tempo da rega da abundância. Ela irriga os lameiros para proteger das geadas. O frio congela a terra e mata a erva; a água circula e eleva a temperatura ao seu redor. Os lameiros mantêm-se assim vivos para prover pastagens e feno.

No verão, a água é pouca. É o tempo da rega da carência. Ela irriga as sementeiras para se contrapor ao clima. O sol seca a terra e queima as culturas; a água circula e alimenta batatas e hortas. As sementeiras mantêm-se assim vivas para sustentar gado e famílias.

A água de verão não pode ser desperdiçada e tem de ser partilhada. É a água partida, repartida entre todos por um sistema de normas de tradição oral: a aviação. Cada terreno no seu tempo beneficia do seu sustento, ao ritmo da Estrela do Pastor e de relógios de sol. A abertura das poças e encaminhamento rotacional para os diferentes terrenos dependem de horas solares, marcadas em uma combinação de sombras em pedras.

Existem dois sistemas físicos de rega na freguesia: um para abastecer a aldeia de Covas do Barroso o outro as de Muro e Romão. Essa separação é devida à localização geográfica das aldeias no vale,

mas levou a dois sistemas de aviação distintos. Ambos, contudo, estão baseados na marca do sol quente em seus respectivos calhões.

Calhões são pedras dispostas em lugares altos e específicos dos baldios. Quando o sol bate neles é a marca do sol quente que orienta os turnos de rega. Há dias de três turnos (sol quente à tarde – tarde à meia-noite – meia-noite ao sol quente) e de quatro turnos (sol quente ao meio-dia – meio-dia à tarde – tarde à meia-noite – meia-noite ao sol quente). A aviação ocorre do 24 de junho ao 29 de setembro e todos na freguesia conhecem as “regras dos antigos”.

Os atuais direitos de rega são transmitidos a cada nova geração, desde pelo menos 1730, para garantir o uso parcimonioso e comunitário da água do povo.

FABRICO DOS MUROS DE PEDRA SECA

Os muros de pedra seca ordenam o espaço rural de Covas do Barroso. Eles delimitam terrenos privados, previnem deslizamentos de terra e combatem a erosão ao criar microclimas favoráveis à fertilidade dos solos. O seu fabrico é uma engenharia vernacular compartilhada por comunidades rurais do mediterrâneo. Essa manifestação encontra-se atualmente inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade por Chipre, Croácia, Eslovênia, Espanha, França, Grécia, Itália e Suíça.

Os muros de pedra seca são um conjunto de blocos empilhados sem apelo a outro material para dar liga. Eles são contidos por uma fileira vertical de pedras finas e duas pedras verticais compridas e opostas que fazem ofício de entrada. As primeiras levam o nome de travadoiras, enquanto as segundas de portelos, em Covas do Barroso. A seleção cuidadosa das pedras e a disposição conscienciosa das travadoiras e dos portelos garantem a estabilidade da estrutura do muro. As pedras utilizadas nessas construções provêm sempre dos baldios; os terrenos privados dispõem principalmente de xisto que são muito menos resistentes do que o granito dos baldios.

FORNO DO POVO DE COVAS DO BARROSO

O Forno do Povo de Covas do Barroso tem sua construção estimada no século 19. Sua estrutura retangular é predominantemente de granito com um telhado de lajes sobrepostas. A porta é de madeira e convida para entrar em um interior de piso cimentado e iluminado por duas janelas.

O Forno do Povo de Covas do Barroso possui uma significativa herança de vida comunitária. Ele servia como um recurso coletivo para a produção de pão e um espaço de convívio que promovia a conexão entre a comunidade e o monte. As pedras para as paredes, a lenha para o fogo e o centeio para a massa eram obtidos dos baldios. Até a água, utilizada nos moinhos para moer grãos e transformá-los em farinha, provinha do monte.

O Forno do Povo permanece em funcionamento, numa forma de continuidade do espírito comunitário e elo contínuo de identidade. Em uma viagem a Covas do Barroso, em 1987, Miguel Torga já observava esse vínculo duradouro:

“O forno do povo ainda quente e a reacender da última fornada. Um lavrador, quando me viu ougado, meteu uma navalha a uma broa e enfartou-me. O comunitarismo, por estas bandas, não é uma palavra

vã. Significa solidariedade ativa em todos os momentos. Até a fome turística tem direito ao pão da fraternidade” (Diário XV, páginas 64-65).

BIBLIOGRAFIA INDICATIVA

ADRAT-Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (2018). Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System. Outeiro Seco: ADRAT. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i9158en/i9158en.pdf>

ADRAT-Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (2020). Barroso, Património Agrícola Mundial / Annual Report. Outeiro Seco: ADRAT. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2233en/cb2233en.pdf>

Amoedo, Diego Martínez (2018). Usos e desusos das Terras de Tourem. Allariz: Doutor Alveiros. ISBN 9788494898044

Baganha, Maria Ioannis B. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*. XXIX(128), 959–980.

Baptista, Fernando (2010). O espaço rural: declínio da agricultura. Oeiras: Celta. ISBN 978-972-774-269-1

Barroca, João Antunes (2018). Os baldios portugueses: breve comentário à Lei nº 75/2017, de 17 de agosto. Coimbra: FDUC. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/85884/1/Baldios%20-%20Tese%20-%20JB.pdf>.

Bica, A., Costa, A., Carvalho, A., Serralheiro, D., Silva, D., Gralheiro, J., Quinteira, J., Gomes, P., & Nunes, S. (2018). Breve enquadramento histórico e jurídico em áreas comunitárias. BALADI - Federação Nacional de Baldios.

Cabral, João de Pina (1989). Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão do mundo camponesa no Alto Minho. Lisboa: Etnográfica Press. ISBN 978-972-20-0712-2.

Campelo, Álvaro (2012). Vezeira do gado de Fafião. Viver a montanha. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 52(7), 7-34.

Campos, Fernando (2006). Preservação dos hábitos comunitários nas aldeias do concelho de Boticas. Boticas: CMB. Disponível em: <https://www.cm-boticas.pt/docs/monografia.pdf>

Campos, Fernando (2010). Boticas: património com história. Boticas: CMB. ISBN 978-972-97695-2-8.

Decreto-Lei n.º 39/76 de 19 de janeiro de 1976. *Diário do Governo* n.º 15/1976, Série I de 1976-01-19 (pp. 89 – 91). Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39-1976-506039>.

Dias, Jorge (1965). Aspectos da vida pastoril em Portugal. *Revista de Etnografia*. IV(2), 333-387.

Dias, Jorge (1981[1948]). Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Dias, Jorge (1981[1953]). Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril. Lisboa: Presença.

Díaz y Otero, Ernesto, e Francisco Javier Naves Cienfuegos (2010). Los colmenares tradicionales del noroeste de España. *AÇAFA*, 3. Disponível em: https://www.altotejo.org/acafa/docsn3/Colmenares_Tradicionales_do_NO_de_Espanha.pdf.

Dries, Adri L.J. van den (2002). The Art of Irrigation: The Development, Stagnation, and Redesign of Farmer-Managed Irrigation Systems in Northern Portugal. Wageningen: WUR. ISBN 90-5808-711-5

- Estêvão, João Antunes (1983). A floresta dos baldios. *Análise Social*. XIX (77, 78 e 79), 1157-1260.
- Freire, Dulce (2004). Os Baldios da Discórdia: As Comunidades Locais e o Estado. Em: D. Freire, I. Fonseca e P. Godinho, eds. *Mundo Rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, pp. 191-224.
- Hespanha, Pedro (2017). O papel dos baldios na revitalização das comunidades rurais. Em: F. Cravidão et al., ed. *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 337-361. ISBN 978-989-26-1343-7.
Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/43488>
- IAN/TT (2005). *Memórias Paroquiais vol. 12. Memória 438, fl. 3001*. pp. 182-185.
- Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto da Assembleia da República. *Diário da República: Série I*, n.º 158/2017, pp. 4722-4734. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/75-2017-108010871>.
- Mather, Alexander S. e Cardoso Pereira, José M. (2006). Transição Florestal e Fogo em Portugal. Em: J. S. Pereira, J. M. C. Pereira, F. Castro Rego e J. M. N. Silva, eds. *Incêndios Florestais em Portugal: Caracterização, Impactes e Prevenção*. Lisboa: ISA Press, pp. 257-286.
- Mendes, Ana (2021). *Sistema de Aviação de Covas do Barroso*. Livrete manuscrito.
- Menendez, Shandra (2022). "Dizemos nosso rio, mas não é nosso": Dispossession and resistance against a lithium mining project in Covas do Barroso, Northern Portugal. Lisboa: ISCTE-IUL.
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/26428>.
- Miranda, A., Carvalho, A., Gomes, P., Copena, D., & Lopes, L. (2018). *Associativismo em áreas comunitárias. BALADI - Federação Nacional de Baldios*.
- O'Neill, Brian Juan (2011). *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1157-1.
- Portela, José (1986). *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-Os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0159-6.
- Ribeiro, Maria Manuela Macedo (1997). Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990): um estudo de sociologia em que as mulheres também contam. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 9723107643
- Ribeiro, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ribeiro, Orlando (1961). *Geografia e Civilização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rocha e Silva, Severiano (1992). Utilisation des terres publiques au Portugal. Em: A. Bourbouze e R. Rubino, eds. *Terres collectives en Méditerranée : histoire, législation, usages et modes d'utilisation par les animaux*. Montpellier: CIHEAM-IAMM, p. 238-248.
- Sa Rego, Julio (2021). "De sol a sol": dois estudos pastoris de prevenção de incêndios rurais. Lisboa: ISCTE-IUL. ISBN 978-989-781-572-0.
- Sa Rego, Julio (2023). *O criado do pastor: uma caminhada pelas serras do Norte*. Lisboa: Ed. Colibri. ISBN: 978-989-566-277-7
- Torga, Miguel (1990). *Diário XV*. Coimbra: edição de autor.

Velho, José C. Vegar Alves (2018). Os baldios: um passado com futuro. Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho. Disponível em:
<https://www.direito.uminho.pt/pt/Sociedade/PublishingImages/Paginas/Atualidade-Juridica/Os%20Baldios.pdf>

Wateau, Fabienne (2000). Conflitos e água de rega: ensaio sobre organização social no Vale de Melgaço. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-1729-9.